

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Direito humano à alimentação adequada em tempos de COVID-19: dificuldades, estratégias de enfrentamento e proposições para reorientação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Human right to adequate food in times of COVID-19: difficulties, coping strategies, and proposals for reorienting the National Food and Nutrition Security Policy

Roberta Ribeiro Batista Barbosa

Sumário

SESSÃO 1 — DEMOCRACIA, DIREITOS, PROTEÇÃO SOCIAL E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS .16

DE VOLTA ÀS URNAS: AS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES DOS CICLOS ELEITORAIS DE 2012 E 201618

Ralph André Crespo, Leandro Molhano Ribeiro e Vitor de Moraes Peixoto

PARIDADE DE GÊNERO NOS PARLAMENTOS E AÇÕES AFIRMATIVAS: APERFEIÇOANDO A LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA ESPARSA A PARTIR DA LEGÍSTICA 41

Débora Andreia Gomes Souto e Linara Oeiras Assunção

A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPOSTAS ÀS REDES SOCIAIS: DA INSUFICIÊNCIA LEGISLATIVA ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL.....79

Letícia da Fontoura Tomazzetti

DA (IN)OBSERVÂNCIA DO DIREITO À IMAGEM NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL NO ESTADO DO PARANÁ: NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE..... 101

Débora Alécio e Gustavo Noronha de Ávila

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR..... 122

Luciana Cristina Souza, Cacilda Nacur Lorentz e Fernanda Paula Diniz

PROGRAMA VIVER – ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL: ANÁLISES PRELIMINARES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOA IDOSA..... 138

Tássia Monique Chiarelli e Samila Sathler Tavares Batistoni

ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 159

Maria Clara Campos de Camargo Tavares e Vinicius Gomes Casalino

O QUARTO DE DESPEJO ESTATAL: O CÁRCERE EM TEMPOS PANDÊMICOS 190

Henrique Bernardo Maciel e Rita de Cassia Souza Tabosa Freita

SESSÃO 2 — POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA ECONÔMICA 231

O IMPACTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA SOBRE A REDUÇÃO DA TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS EM EXTREMA POBREZA.....233

Eduardo Matheus Figueira e Marcia Aparecida Procopio da Silva Scheer

DEVER DE MONITORAMENTO: PARA ALÉM DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA.....	254
Ana Paula de Barcellos	
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: ANÁLISE DO MODELO E INSTRUMENTOS SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA.....	271
Joice Schroer e Janriê Rodrigues Reck	
GOVERNANÇA PÚBLICA E DESEMPENHO DOS FUNDOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 2018 A 2021.....	293
Daniel Alencar Bardal, Ana Lúcia de Medeiros e Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes	
ESTUDO DE EVENTOS EM FUSÕES E AQUISIÇÕES: UMA AVALIAÇÃO DO ATO DE CONCENTRAÇÃO KROTON-ESTÁCIO.....	315
Guilherme Mendes Resende e Felipe Neiva Mundim	
DIÁLOGO VIRTUOSO ENTRE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y EL CAMBIO CLIMÁTICO: UNA PERSPECTIVA INTEGRADORA	335
Andrea Lucas Garin	
CARACTERÍSTICAS DAS BOAS PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS JUDICIÁRIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES E MENINAS	355
Fabiana Cristina Severi e Ana Carolina de Sá Juzo	
PLAN MUNICIPAL DE MATA ATLÁNTICA EN FOZ DE IGUAÇU: UNA APROXIMACIÓN TEÓRICO-PRÁCTICO SOBRE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL CAMBIO CLIMÁTICO	374
Hector Enrique Colmenarez Espinoza e Luciana Mello Ribeiro	
RESILIENT GOVERNANCE AND QUALITY OF LIFE AMID WAR: PUBLIC ADMINISTRATION CHALLENGES IN UKRAINE.....	394
Olena Korolchuk	
EL PLAZO DE RECLAMACIÓN DE LOS TERCEROS Y SU REFORMA EN LA EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL CHILENA	416
Pedro Harris Moya	
SESSÃO 3 — SEGURANÇA PÚBLICA, TECNOLOGIA, DADOS, REDES E INOVAÇÃO GOVERNAMENTAL	430
COMPARATIVE SPATIOTEMPORAL ANALYSIS OF VEHICLE THEFT IN SÃO PAULO CITY USING COMPLEX NETWORKS	432
Luis Fernando Gonçalves, Yuri Perez e Fábio Henrique Pereira	

FATORES RELACIONADOS À OCORRÊNCIA DA REINCIDÊNCIA POLICIAL DE INDIVÍDUOS EM REGIME SEMIABERTO COM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA EM MANAUS, AMAZONAS, BRASIL	479
Christianne Corrêa Bento da Silva e Nathália França de Oliveira	
DEVER FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E SUA RELATIVIZAÇÃO PELO PRÓPRIO ORDENAMENTO JURÍDICO	497
Josmar de Souza Pagotto e Adriano Sant'Ana Pedra	
PRÁTICAS EMPREENDEDORAS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS NUMA PERSPECTIVA DA QUÁDRUPLA HÉLICE	514
Suely Xavier dos Santos, Cristine Hermann Nodari, Luciana Gondim de Almeida Guimarães, Antônio Jorge Fernandes Ana Maria Magalhães Correia e Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda	
INVERSOR MINORISTA Y PLATAFORMAS DE FINANCIAMIENTO COLECTIVO CROWDFUNDING EN CHILE. RIESGOS, OPORTUNIDADES Y DESAFÍOS REGULATORIOS.....	552
Eduardo Teodoro Jequier Lehuedé e Sebastian Bozzo Hauri	
DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO PARA O SUS: ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.....	579
Patrícia De Carli, Sérgio Luís Allebrandt e Ailton Adelar Mueller	
DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA EM TEMPOS DE COVID-19: DIFICULDADES, ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E PROPOSIÇÕES PARA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	594
Roberta Ribeiro Batista Barbosa	
PEACE THROUGH INTERNATIONAL LAW IN TERRITORIAL AND MARITIME DISPUTES AND AFFAIRS IN EAST ASIA: LENSING INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ).....	613
Bhupinder Singh	
O MONITORAMENTO DE REFORMAS ESTRUTURAIS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	637
Matheus Casimiro, Eduarda Peixoto da Cunha França e Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega	
TRANSICIÓN ENERGÉTICA E IDENTIDAD CULTURAL. EL CASO DE LOS PROYECTOS DE ENERGÍAS RENOVABLES EN LUGARES SAGRADOS INDÍGENAS DE CHILE	656
Alberto Olivares	

Direito humano à alimentação adequada em tempos de COVID-19: dificuldades, estratégias de enfrentamento e proposições para reorientação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*

Human right to adequate food in times of COVID-19: difficulties, coping strategies, and proposals for reorienting the National Food and Nutrition Security Policy

Roberta Ribeiro Batista Barbosa**

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as dificuldades encontradas para a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia da COVID-19, estratégias de enfrentamento adotadas, e proposições para reorientação desta política, descritas na literatura científica. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura por meio de pesquisa nas bases eletrônicas da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline/PubMed), Scopus (Elsevier) e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando os descritores reconhecidos pelos sistemas de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) com a seguinte estratégia de busca: “segurança alimentar e nutricional” AND “políticas públicas” AND Brasil. A revisão foi conduzida por etapas, constituídas mediante a adaptação das recomendações *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). Foram identificados 210 estudos, destes, 18 pesquisas preencheram os critérios de elegibilidade. Dificuldades ocasionadas pela diminuição ou perda das fontes de rendas pelos usuários, e pela descontinuidade e/ou fragilização de programas estruturantes ligados à referida Política, foram as principais identificadas neste estudo. Estratégias para garantir a renda dos brasileiros e assegurar o abastecimento e o acesso aos alimentos foram lançadas pelo governo para mitigar estas dificuldades. Estes indicadores e as proposições como, recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ampliação dos programas de transferência de renda apontadas nesta pesquisa original visam permitir aos atores envolvidos caminhos para reorientação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas. Brasil. COVID-19.

* Recebido em 05/09/2023
Aprovado em 14/06/2024

** Doutora em Pediatria e Saúde da Criança.
Docente do Programa de Pós-graduação de
Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Email: robertaribeirob@hotmail.com

Abstract

The objective of the study is to analyze the difficulties encountered in implementing the National Food and Nutrition Security Policy during the COVID-19 pandemic, adopted coping strategies, and propositions for reorienting this policy, described in the scientific literature. This is an integrative literature review using electronic databases of Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (Lilacs), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline/PubMed), Scopus (Elsevier) and Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes), using the descriptors recognized by the Health Sciences Descriptor systems (DeCS) with the following search strategy: “food and nutritional security” AND “public policies ” AND Brazil. The review was conducted in stages, constituted by adapting the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) recommendations. 210 studies were identified, of which 18 studies met the eligibility criteria. Difficulties caused by the decrease or loss of sources of income by users, and by the discontinuity and/or weakening of structuring programs linked to the aforementioned Policy, were the main ones identified in this study. Strategies to guarantee the income of Brazilians and ensure supply and access to food were launched by the government to mitigate these difficulties. These indicators and propositions such as recomposition of the National Council for Food and Nutritional Security and expansion of income transfer programs pointed out in this original research aim to provide the actors involved with ways to reorient the National Policy on Food and Nutritional Security.

Keywords: Food and Nutritional Security. Public policy. Brazil. COVID-19.

1 Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), significa o pleno acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem que comprometa outras necessidades essenciais. Estar livre da fome e da desnutrição é condição básica para SAN e essencial para que os seres humanos possam viver de forma digna e ter um nível de vida saudável e ativo¹. Neste conceito, está acoplado o aspecto nutricional e sanitário, que perpassa pela questão do acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que satisfaçam as necessidades alimentares².

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) está associada tanto com a desnutrição como com o excesso de peso³, além de doenças cardíacas, diabetes e hipertensão, entre outras⁴. Esse fenômeno decorre das dificuldades de acesso ao alimento, por questões econômicas ou físicas.

Neste contexto, a falta de renda reflete o consumo de alimentos em pouca quantidade e de baixa qualidade nutricional⁵.

A instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)⁶, representou um avanço para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) previsto na Declaração Uni-

1 MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno “segurança alimentar”**. Paris: Fhp, 2000.

2 VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade** [online], v. 12, n. 1, p. 51-60, 2003.

3 CARVALHO, C. A.; VIOLA, P. C. de A. F.; SPERANDIO, N. How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? **Public Health Nutrition**, v. 24, n. 3, 2021.

4 FREITAS M. do C. S. de; PENA P. G. L. Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil. **Tessituras**, Pelotas-RS, v. 8, s. 1, jan-jun. 2020.

5 FRAZÃO, P. Food insecurity and dental caries in school children: a cross-sectional survey in the western Brazilian Amazon. **Eur j. oral sci.**, v. 122, n. 3, 2014.

6 BRASIL. **Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada,

versal do Direitos Humanos, ampliando o acesso à alimentação adequada e saudável com ênfase na população em situação de IAN e comunidades tradicionais, por intermédio de planos e ações de apoio à geração de emprego e renda, a alimentação escolar, programas de assentamentos de trabalhadores rurais, programas de combate à desnutrição infantil, dentre outros⁷.

A pandemia da COVID-19, representou uma ameaça concreta à Segurança Alimentar e Nutricional das famílias⁸. O fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais e a extinção de muitos postos formais de trabalho acarretou na queda da atividade econômica e repercutiu em um aumento do desemprego, afetando à garantia de renda e as necessidades mais básicas, como à alimentação⁹.

O I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, revelou que cerca de 49,7% das famílias tiveram redução da renda domiciliar, em 19% dos domicílios algum membro da família perdeu o emprego, 32,6% necessitaram ajudar financeiramente algum parente ou amigo e 52,1% declararam corte de gastos com despesas essenciais¹⁰.

Outro fator agravante para a Insegurança Alimentar e Nutricional na pandemia da COVID-19, foi a alta da inflação dos alimentos. Segundo o Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA), estes agravantes foram decorrentes ao aumento das exportações, diminuição da importação de itens da cesta básica os e alterações nos hábitos de consumo de alimentos, devido ao isolamento social e procura por produtos básicos. Além disso, houve uma estagnação da produção brasileira de arroz, soja e milho e a tendência de redução da política de estoques nacionais a partir da safra 2013/2014¹¹.

Em 2022, no Brasil, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguiram manter acesso pleno à alimentação – ou seja, em condição de segurança alimentar. Os outros 6 lares se dividem numa escala, que vai dos que permanecem preocupados com a possibilidade de não ter alimentos no futuro até os que já passaram fome. Estima-se que 125,2 milhões de brasileiros passaram por algum grau de insegurança alimentar na pandemia, isso representa um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018¹².

Neste sentido, o objetivo deste artigo foi analisar as dificuldades encontradas para a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) para garantia do direito humano à alimentação adequada durante a pandemia da COVID-19, descrever as estratégias de enfrentamento adotadas e proposições para reorientação desta política, descritas na literatura científica.

institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 2010b.

7 COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e políticas públicas na segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: GARCÉS, M. et al. **Democracia y ciudadanía en el Mercosur**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

8 FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 7-26. 2017.

9 SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER Social**, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

10 VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2020. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

11 GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, n. 4 (2a ed.). Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

12 VIGISAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2022c. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>.

2 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura conduzida por etapas, constituídas mediante a adaptação das recomendações *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). A busca foi realizada no período de maio a julho de 2022, nas bases eletrônicas da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE/PubMed), Scopus (Elsevier) e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Considerou-se todas as produções científicas que tivessem, em seu conteúdo, o contexto da pandemia e sua relação com a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram incluídos artigos publicados a partir de 2020 até julho de 2022, nos idiomas inglês, português ou espanhol, independentemente do desenho e qualidade metodológica. Foram excluídos resumos publicados em revistas ou anais de evento, e os estudos repetidos nas bases de dados.

A estratégia de busca empregada na base de dados LILACS e CAPES utilizou os seguintes descritores na língua portuguesa, reconhecidos pelos sistemas de *Descritores em Ciências da Saúde* (DeCS): “segurança alimentar e nutricional” AND “políticas públicas” AND Brasil. Para a busca no MEDLINE/PubMed e Scopus (Elsevier) foram utilizados os descritores na língua inglesa, reconhecido pelo *Medical Subjects Headings* (MeSH): “Food and nutrition security” AND “Public Policies” AND Brazil.

Inicialmente, os estudos identificados foram avaliados por meio da análise dos títulos, descartando as pesquisas duplicadas nas bases de dados, além daquelas que não tinham implicação com os objetivos desta dissertação. Em seguida, procedeu-se a leitura dos resumos, selecionando aqueles que não preenchiam os critérios de inclusão delimitados nesta pesquisa. Por fim, através da leitura na íntegra, foram selecionadas as pesquisas que dialogavam com os objetivos da pesquisa empreendida, culminando em uma amostra final de 18 artigos incluídos nesta revisão. A seleção dos estudos foi realizada por dois autores de forma independente e eventuais dúvidas durante o processo foram resolvidas com um terceiro autor.

Após a definição dos estudos, para a caracterização destes foram extraídas as seguintes informações: título; autor/ano, local de realização do estudo, tipo de estudo e objetivos. Já para aprofundamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foram extraídas informações sobre as dificuldades para execução da referida política no contexto da pandemia da COVID-19, as estratégias de enfrentamento adotadas pelo governo com vistas a redução das dificuldades e as proposições citadas nos estudos para reorientação da Política. Para compilar e apresentar os resultados foi utilizada a técnica de Análise Textual Discursiva, sendo assim, os dados coletados foram analisados e separados por unidades de sentidos, posteriormente, agrupados por similaridade, de modo que possibilitou o estabelecimento das categorias de análise orientada pelo objetivo da pesquisa.

3 Resultados e Discussão

Foram encontrados nas bases de dados 210 publicações, que após exclusão dos estudos duplicados, perfizeram um total de 205 publicações para serem avaliadas, seguindo os parâmetros definidos. Destes, 18 estudos demonstraram satisfazer os critérios de inclusão, bem como possuírem elementos necessários para responder à questão norteadora proposta. Todo o processo de seleção está apresentado no fluxograma apresentado na Figura 1.

Os artigos foram publicados no ano de 2020 (n=13), seguido de 2021 (n=4) e 2022 (n=01). A maioria das pesquisas (n=13) trouxe em seu conteúdo discussões que refletiram a realidade da execução da PNSAN a nível do contexto brasileiro. Os demais artigos retrataram as particularidades de alguns estados e cidades

brasileiras: um discutiu a realidade dos estados do Amazonas, Pará e São Paulo; um do Rio Grande do Norte; e três descreveram realidades de duas cidades do estado do Paraná (Foz do Iguaçu e Almirante Tamandaré).

Em cinco estudos, a metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, através de aplicação de entrevistas, questionários, fóruns de discussão e conversas com uma determinada amostra, como: gestores, técnicos e pesquisadores rurais; agricultores familiares, comerciante de alimentos, nutricionistas, profissionais acadêmicos; representantes do governo e da sociedade civil. Ainda com base no desenho metodológico dos estudos selecionados, oito eram revisão de literatura científica, e cinco tratavam de pesquisa de análise documental de publicações oficiais dos governos (atos normativos, portarias, decretos, resoluções, sites e portais). As características dos estudos incluídos e a extração dos conteúdos estão dispostas no Quadro 1.

O quadro 2 descreve as dificuldades para garantia do direito humano à alimentação adequada, estratégias/ações de enfrentamento adotadas e proposições, descritas por cada estudo. Foram obtidas unidades de sentido que possibilitaram o estabelecimento de categorias de análise para as dificuldades (Quadro 3), estratégias e atos legislativos para enfrentamento (Quadro 4 e 5), e proposições para reorientação das políticas (Quadro 6), as quais serão discutidas a seguir.

3.1 Dificuldades para execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia

Diminuição ou perda das fontes de renda pelos usuários

A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional está associada à questão da renda dos indivíduos. Tal associação foi confirmada nos diversos estudos analisados, os quais destacaram a influência da COVID-19 para o aumento do desemprego e alterações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no agravamento da pobreza, das desigualdades e das vulnerabilidades sociais pré-existent, demarcando um panorama com elevação no índice de Insegurança Alimentar e Nutricional vivenciada pela população^{13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21}.

Descontinuidade e/ou fragilização de alguns programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Em função da pandemia, houve diversas alterações relativas a disponibilidade, ao acesso, e ao consumo de alimentos, sendo este período marcado pelo alto consumo de alimentos ultraprocessados, dificultando

13 ARAÚJO, F. R. de; CALAZANS D. L. M. e S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul. - ago. 2020.

14 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

15 CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200169, 2020.

16 GARCIA, A. de la P.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Cadeias de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas alimentares no contexto da COVID-19 pandemia em uma cidade brasileira. **Human Organization**, v. 79, n. 4, p. 323, 2020.

17 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020.

18 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

19 SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1079-1096, jul. - ago. 2020.

20 SILVA, R. C. F. da; SOUZA, J. B. de; SANTOS, M. O. A crise, a COVID e a crise do arroz: práticas alimentares, políticas públicas e movimentos de resistência. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, a. 18, n. 2, mai. /ago. 2021.

21 SANTOS, T. T. B.; TORRES, R. L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e257596, 2022.

a garantia do direito humano à alimentação adequada por parte dos gestores da PNSAN^{22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,29}. Calazans e Araújo (2020)³⁰ e Neves *et al.* (2021)³¹ discorrem que, as famílias em situação de vulnerabilidade social foram as que mais foram acometidas com tal problemática.

O isolamento social, imposto para combater a transmissão do novo coronavírus, pandemia da COVID-19, fez com que a partir de março de 2020, sobre influência da publicação da Portaria no 356 do Ministério da Saúde, iniciasse o fechamento das escolas, implicando na descontinuidade do acesso à alimentação advindos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fazendo com que um expressivo quantitativo de alunos das escolas da educação básica pública ficassem sem o acesso às refeições diárias, prejudicando o aspecto quantitativo e qualitativo da alimentação dos alunos e de suas famílias^{32, 33, 34, 35, 36, 37, 38}.

Desmorte que vinha acometendo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

O enfraquecimento de espaços de diálogo e controle social, abarcando a sociedade civil e o Estado, pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), reduziu na capacidade do governo de elaborar mecanismos com vistas a enfrentar os desafios gerados por essa crise epidemiológica e para a

22 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmorte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

23 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

24 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020.

25 NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev Nutr.**, v. 34, e200170, 2021.

26 ARAÚJO, F. R. de; CALAZANS D. L. M. e S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul. - ago. 2020.

27 SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1079-1096, jul. - ago. 2020.

28 RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

29 PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A. M. Pobreza e insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça do COVID-19 se espalha. **Nutrição em Saúde Pública**, v. 23, n. 17, p. 3236-3240, 2020.

30 NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev Nutr.**, v. 34, e200170, 2021.

31 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020.

32 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

33 SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1079-1096, jul. - ago. 2020.

34 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

35 CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200169, 2020.

36 GARCIA, A. de la P.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Cadeias de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas alimentares no contexto da COVID-19 pandemia em uma cidade brasileira. **Human Organization**, v. 79, n. 4, p. 323, 2020.

37 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

38 FUTEMMA, C. et al. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 16, n. 1, e20200143, 2021.

garantia da segurança alimentar da população, de modo que contribuiu para o aumento das desigualdades, da insegurança alimentar e de violações do direito humano à alimentação adequada^{39, 40, 41, 42, 43, 44}.

A não realização da VI Conferência Nacional Segurança Alimentar e Nutricional, que possibilitaria a elaboração de um novo plano nacional de segurança alimentar e nutricional (PLANSAN), e o desenvolvimento de ações mais coadunadas com as dificuldades que foram geradas ou agravadas pela pandemia também foram dificuldades citadas pelos estudos^{45, 46}.

Na fase inicial da pandemia a operacionalização de ações emergenciais e de importantes programas de promoção da segurança alimentar e nutricional, se tornaram críticas para parte considerável dos estados e municípios brasileiros. Por não disporem de recursos para complementar o valor repassado pelo governo federal em função da elevação de gastos necessários para suas execuções no novo formato, inviabilizou a assistência e ao acesso aos alimentos por meio dos Restaurantes Populares e das cozinhas comunitárias, durante a fase crítica da COVID-19^{47, 48, 49, 50}.

Mais uma questão que dificultou a execução da PNSAN refere-se à morosidade do governo em instituir instrumentos normativos para orientar a nova operacionalização do Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), necessária diante da suspensão das aulas, uma vez que, a suspensão das aulas começou logo após a publicação da portaria nº 356, de 11 março de 2020, e o respaldo legal que permitiu a execução do PNAE em seu novo formato foi concedido somente em 7 de abril, através da Lei nº 13.987⁵¹.

Tal atraso, certamente, fragilizou a operacionalização deste programa pelos municípios, os quais, partindo do reconhecimento da importância deste para assegurar a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, continuaram fornecendo os alimentos aos escolares, mesmo diante da impossibilidade de utilizarem o recurso proveniente do referido programa⁵².

39 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

40 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

41 ARAÚJO, F. R. de; CALAZANS D. L. M. e S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul. - ago. 2020.

42 CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200169, 2020.

43 GARCIA, A. de la P.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Cadeias de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas alimentares no contexto da COVID-19 pandemia em uma cidade brasileira. **Human Organization**, v. 79, n. 4, p. 323, 2020.

44 RECINE, E. et al. Reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. **Rev. Nutr.**, n. 33, e. 200176, 2020.

45 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

46 RECINE, E. et al. Reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. **Rev. Nutr.**, n. 33, e. 200176, 2020.

47 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTÉRIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

48 AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

49 CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200169, 2020.

50 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

51 AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

52 AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

Zimmermann, Eleuterio e Gárcia (2021) refletem sobre a execução do PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no contexto da pandemia, e pontuam que não apenas a demora, como também a falta de definição clara de diretrizes por parte do governo federal (identificada no início da pandemia), repercutiram de modo negativo na execução destes programas, resultando em divergências de informação e em perdas de alimentos, trazendo prejuízos para os agricultores produtores, para os estudantes atendidos pelo PNAE, e pessoas público-alvo das entidades de assistência social por meio do PAA⁵³.

Sobrecarga dos serviços de saúde

A sobrecarga dos serviços de saúde, em especial, a Atenção Primária à Saúde (APS), que se constituem como porta de entrada para a identificação e atenção às demandas vivenciadas pelas famílias no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional, foi um aspecto que contribuiu para que os casos de insegurança alimentar e nutricional não fossem identificados durante o período inicial da pandemia⁵⁴.

3.2 Estratégias de enfrentamento adotadas pelo governo

Assegurar a renda dos usuários

Para atender as necessidades dos trabalhadores autônomos, formais e informais, que diante das necessidades de isolamento e, conseqüentemente, do fechamento de diversos postos de trabalho, se viram impossibilitados de continuarem exercendo suas atividades, o governo federal instituiu a lei que cria o Auxílio Emergencial a fim de assegurar a renda de segmentos específicos da sociedade^{55, 56, 57, 58, 59, 60}.

A princípio, foi delimitado o valor de R\$ 200 [duzentos reais], porém, após discussões entre os grupos políticos, passou para R\$ 600,00 [seiscentos reais], tendo como teto máximo de recebimento, por família, o valor de R\$ 1.200,00 [Um mil e duzentos reais]. Inicialmente, o recurso foi assegurado por três meses, mas em função da morosidade no retorno das atividades econômicas, este foi prorrogado por mais dois meses^{61, 62, 63}.

Outro benefício criado pelo governo federal, destinado as famílias de baixa renda foi a medida provisória que instituiu, por tempo determinado a isenção na tarifa de energia elétrica para os usuários que consumiam até 220 kWh por mês⁶⁴. Os usuários elegíveis para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada

53 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. *Revista estud. soc.*, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

54 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? *Nutrição em saúde*, p. 1-4, 2020.

55 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

56 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? *Nutrição em saúde*, p. 1-4, 2020.

57 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

58 NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19. *Rev Nutr.*, v. 34, e200170, 2021.

59 PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A. M. Pobreza e insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça do COVID-19 se espalha. *Nutrição em Saúde Pública*, v. 23, n. 17, p. 3236-3240, 2020.

60 RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

61 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

62 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

63 RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

49 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. *Rev.*

64 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pan-

(BPC⁶⁵ também poderiam ser beneficiados, posto que, o auxílio emergencial poderia ser antecipado aos usuários que estavam com o processo de solicitação para recebimento do benefício em tramitação, de modo que ampliou a capacidade de atendimento as famílias^{66, 67}.

Visando a preservação do emprego e a renda e almejando prevenir a interrupção das atividades laborais e empresariais, o governo federal instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que concedeu benefício quando houve acordos entre trabalhadores e empregadores nas situações de diminuição proporcional da jornada de trabalho e de salário; e a suspensão temporária do contrato de trabalho^{68, 69, 70}.

A concessão de aporte financeiro, destinado a pequenas e médias empresas, com o intento de assegurar a permanência dos salários dos trabalhadores, também foi uma estratégia lançada pelo governo para preservar a renda da população diante dos desdobramentos da COVID-19 para o mercado de trabalho. Além disso, dispôs o governo de orientações com vistas a garantir a segurança do trabalhador em ambiente frigorífico, o que, por sua vez, contribuiu para a continuidade das atividades desenvolvidas por este setor⁷¹.

Outra ação do governo federal com intuito de manutenção da renda foi a liberação de linhas crédito destinada aos pequenos empreendedores, cooperativas e informais^{72, 73}.

Abastecimento e o acesso aos alimentos

O governo federal publicou a Portaria nº 385, de 13 de maio de 2020, que dispôs sobre o repasse emergencial de recursos federais para a operacionalização de ações de incremento à segurança alimentar e nutricional aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), almejando diminuir as dificuldades ocasionadas pela pandemia para o acesso à alimentação por parte dos usuários da PNSAN, especialmente dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social⁷⁴.

Ações emergenciais, como a distribuição de cestas básicas e água potável à segmentos populacionais específicos, como foi o caso das comunidades ciganas, indígenas, vila de pescadores e ribeirinhos, Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, associações comunitárias, grupos anônimos e demais pessoas em situação de vulnerabilidade social^{75, 76, 77}.

demia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

65 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

66 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

67 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

68 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

69 PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A. M. Pobreza e insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça do COVID-19 se espalha. **Nutrição em Saúde Pública**, v. 23, n. 17, p. 3236-3240, 2020.

70 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020.

71 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

72 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

73 PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A. M. Pobreza e insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça do COVID-19 se espalha. **Nutrição em Saúde Pública**, v. 23, n. 17, p. 3236-3240, 2020.

74 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

75 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

76 RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

77 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimen-

O governo criou um canal de comunicação, contra perdas na agricultura em função da COVID-19 (Dis-que Perdas de Alimentos). Instituiu a portaria, elencando os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, objetivando garantir o abastecimento e a SAN durante o tempo em que perdurasse o estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia da COVID-19⁷⁸.

Destaque para adaptações que foram realizadas em alguns estados do Brasil a fim de assegurar a continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tais como: agendamentos para a entrega de alimentos, objetivando evitar aglomerações; a realização de entregas diretamente nos equipamentos assistidos pelo programa; assim como, a adoção de mecanismos que reduzam a burocracia, tornando menos dificultosos os processos para aquisição dos alimentos⁷⁹.

Diante das dificuldades provocadas pela suspensão das aulas, prejudicando muitos alunos que deixaram de ter acesso aos alimentos disponibilizado, foi autorizado, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, propiciando uma reorganização operacional deste programa para garantir a SAN dos alunos da rede pública e seus familiares^{80, 81, 82, 83, 84, 85, 86}.

Neste novo formato, a execução do PNAE ocorreu por meio da entrega de kits de alimentação, pela transferência de auxílio emergencial, e pela continuidade do fornecimento das refeições nas escolas. Este auxílio foi disponibilizado por muitos municípios por meio da transferência bancária na conta dos responsáveis pelos alunos, ou por meio da entrega de cartão magnético, vales-compra, para que as famílias pudessem adquirir alimentos em comércios credenciados.

Destaca-se que o pagamento do referido auxílio, pelos municípios, se deu por meio da utilização de recursos próprios, posto que o recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser destinado, exclusivamente, para a aquisição de gêneros alimentícios^{87, 88}.

Fomento a processos de educação alimentar e nutricional, e ações de alimentação e nutrição articulada com o campo da Saúde Pública

tares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. *Revista estud. soc.*, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

78 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

79 SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. *Revista de administração pública*, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1079-1096, jul. - ago. 2020.

80 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

81 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. *Revista estud. soc.*, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

82 AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

83 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? *Nutrição em saúde*, p. 1-4, 2020.

84 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. *Rev. Nutr.*, v. 33, e200181, 2020.

85 CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. *Rev. Nutr.*, v. 33, e200169, 2020.

86 GARCIA, A. de la P.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Cadeias de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas alimentares no contexto da COVID-19 pandemia em uma cidade brasileira. *Human Organization*, v. 79, n. 4, p. 323, 2020.

87 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

88 CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. *Rev. Nutr.*, v. 33, e200169, 2020

A publicação de materiais educativos por parte da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, no contexto da pandemia, como estratégia, com o intento de propor recomendações sobre a alimentação, tais como: planejamento da alimentação e da aquisição de alimentos; cuidados e higienização de hortaliças e vegetais; alimentação de idosos; e, aleitamento materno, contribuindo assim, para a promoção da SAN da população brasileira⁸⁹.

Recomendações da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), voltadas as Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal, a fim de contribuir para a promoção da saúde e da SAN da população brasileira diante do contexto pandêmico. Este documento, por sua vez, coloca a necessidade de monitoramento de casos de insegurança alimentar e nutricional, a ser realizado pelas equipes da APS, sobretudo, aqueles identificados nas famílias que vivenciam maiores índices de vulnerabilidade social⁹⁰.

3.3 Proposições para a reorientação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A pandemia causada pela COVID-19 resultou em diversos gargalos para a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em face disso, alguns estudos analisados na presente revisão trouxeram proposições que podem auxiliar na execução e reorientação desta, pautadas em ações econômicas e de proteção social coordenadas entres as três esferas de governo e articuladas de modo intersetorial coadunadas com as diretrizes que orientam a execução da PNSAN a partir da ótica da garantia do direito humano à alimentação adequada^{91, 92, 93}.

Necessidade de parceria público-privada para criação de programas de acesso a alimentos⁹⁴, e elaboração de ações específicas para os grupos acometidos mais vulneráveis à insegurança alimentar e com diferenças socioterritoriais são necessárias⁹⁵.

Carvalho et al. (2020) enfatizam o desenvolvimento de ações que incentivem a adoção de estilos de vida saudáveis e a prática de atividade física, a fim de combater o aumento do sedentarismo, identificado no Brasil, como resultante da pandemia, e a ampliação dos programas de SAN na Atenção Primária à Saúde, para contribuir na identificação e atenção às necessidades das famílias⁹⁶.

A recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), para auxiliar nas medidas de enfrentamento aos problemas de acesso a alimentos desencadeados pela pandemia e sentidos, sobretudo, pelos usuários em situação de vulnerabilidade social^{97, 98}, bem como elaboração do III Plano

89 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

90 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

91 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

92 ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

93 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

94 ARAÚJO, F. R. de; CALAZANS D. L. M. e S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul. - ago. 2020.

95 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

96 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

97 NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev Nutr.**, v. 34, e200170, 2021.

98 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para que ações coordenadas com os municípios sejam desenvolvidas, e repasses financeiros efetivados, foram apontadas para assegurar novamente o direito humano à alimentação adequada⁹⁹.

Inclusão de estratégias de gestão de crises associadas a políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de conceder respostas rápidas por parte do governo federal aos problemas gerado ou agravados, contribuirá para que, diante das dificuldades geradas pelos momentos de crise, os programas sejam reorganizados e não interrompidos¹⁰⁰.

Ações governamentais com vistas a solucionar os problemas enfrentados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tais como: melhorias na logística do processo de compra; assistência técnica permanente para os agricultores; e a concessão de crédito que atenda as demandas destes indivíduos^{101, 102}, e proposições concernentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram destacadas nos estudos, como a manutenção do princípio de universalidade e equidade do programa, financeiro neste programa, e a ampliação da cobertura^{103, 104, 105}.

A ampliação da cobertura dos restaurantes populares, beneficiando pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente diante da crise causada pela COVID-19^{106, 107}, o fortalecimento Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com vistas ao atendimento das necessidades básicas de alimentação, especialmente dos trabalhadores de baixa renda¹⁰⁸, e a adequação dos critérios do recebimento dos Programas de Transferência de Renda a fim de tornar possível a ampliação do acesso ao auxílio emergencial aos seus beneficiários¹⁰⁹ também foram medidas sugeridas pelos estudos analisados nesta revisão,

Martinelli et al. (2020), afirmam que é importante o fomento às ações de educação alimentar e nutricional, para o desenvolvimento de estratégias de educação alimentar e nutricional, a fim de potencializar, na população, a adoção de novos padrões de consumo, sendo estes conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Nestas estratégias, o estímulo ao consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar deve ser priorizado, incentivo ao aleitamento materno e recomendações que incitem reflexões e alterações nos sistemas alimentares, para que as situações de insegurança alimentar e nutricional sejam reduzidas, e

99 CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

100 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

101 ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

102 AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

103 AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

104 GARCIA, A. de la P.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Cadeias de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas alimentares no contexto da COVID-19 pandemia em uma cidade brasileira. **Human Organization**, v. 79, n. 4, p. 323, 2020.

105 NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev Nutr.**, v. 34, e200170, 2021.

106 ARAÚJO, F. R. de; CALAZANS D. L. M. e S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul. - ago. 2020

107 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

108 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020.

109 GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

informações sobre medidas apropriadas de higiene e segurança, no preparo e consumo de alimentos, sejam disponibilizadas a população¹¹⁰.

O desenvolvimento de estratégias com vistas a fortalecer a agricultura familiar, viabilizar o retorno dos estoques reguladores, e potencializar a formação de hortas urbanas e comunitárias foram medidas sugeridas para garantia do direito à alimentação adequada¹¹¹.

Ainda, Pereira e Oliveira (2020) propõem a distribuição equitativa de alimentos em tempos em que a produção e o acesso aos alimentos são reduzidos, fomento às políticas que estimulem o armazenamento de alimentos, na esfera municipal, distribuição, por meio das cooperativas, de alimentos que estão sobrando para países em que a produção agrícola é menor e a insegurança alimentar e nutricional é acentuada¹¹².

Por fim, com a declaração do encerramento da emergência de saúde global da pandemia, faz-se necessário mais estudos neste novo cenário com intuito de levantar evidências ainda desconhecidas acerca do impacto do período pandêmico na vulnerabilidade social e segurança alimentar e nutricional no Brasil.

4 Considerações Finais

As dificuldades geradas pela COVID-19 para a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional se mostraram atreladas, principalmente, pela necessidade de isolamento social exigida para reduzir a transmissão do vírus que, por sua vez, repercutiu negativamente no determinante 'renda' para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população.

A descontinuidade e/ou a fragilização de alguns programas estruturantes, o desmantelamento que já vinha acometendo a política analisada e a sobrecarga dos serviços de saúde, foram dificultadores para a identificação da insegurança alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar das dificuldades, o governo federal se dedicou à formulação de estratégias por meio da instituição de atos legislativos para assegurar o abastecimento e o acesso aos alimentos, a renda dos usuários, fomentar os processos de educação alimentar e nutricional no campo da Saúde Pública, e adotar ações para a retomada do Programa Nacional Alimentação Escolar, Programa Restaurante Popular e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Dentre as diversas proposições apontadas na literatura para reorientação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destaca-se a urgência da recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e a elaboração do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Todas as propostas apresentadas devem ser pautadas em ações econômicas e de proteção social coordenadas entre as três esferas de governo e articuladas de modo intersetorial coadunadas com as diretrizes que orientam a execução a referida Política, a partir da ótica da garantia do direito humano à alimentação adequada. Para tanto, faz-se necessário um intenso movimento da sociedade civil para que haja, por parte do governo, a priorização da agenda da segurança alimentar e nutricional, e a execução de tais medidas.

110 MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. *Rev. Nutr.*, v. 33, e200181, 2020.

111 SILVA, R. C. F. da; SOUZA, J. B. de; SANTOS, M. O. A crise, a COVID e a crise do arroz: práticas alimentares, políticas públicas e movimentos de resistência. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, a. 18, n. 2, mai. /ago. 2021.

112 PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A. M. Pobreza e insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça do COVID-19 se espalha. *Nutrição em Saúde Pública*, v. 23, n. 17, p. 3236–3240, 2020.

Referências

ALPINO, T. de M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ação do Governo Federal brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmonte institucional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.1-17, 2020.

AMORIM, A. L. B. de; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1134-1145, jul. - ago. 2020.

ARAÚJO, F. R. de; CALAZANS D. L. M. e S. Gestão das ações de segurança alimentar frente à pandemia pela COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro v. 54, n. 4, p. 1123-1133, jul. - ago. 2020.

BICALHO, D.; LIMA, T. de M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período pandêmico do COVID-19. **Demetra – alimentação, nutrição & saúde**, v. 15, 2020.

BRASIL. **Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União; 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União; 2010a.

BRASIL. **Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União; 2010b.

BRASIL. **Portaria nº 387, de 15 de maio de 2020**. Altera a Portaria nº 335, de 20 de março de 2020, para acrescentar medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Ações de enfrentamento da má nutrição no contexto da pandemia**: Portaria GM/MS nº 894, de 11 de maio de 2021 – Capítulo III [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_acoes_frentamento_ma_nutricao_no%20contexto_pandemia.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Diário Oficial da União; 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/paa/legislacao/lei-no-14-284_2021-2.pdf/view. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020**. Aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema

Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União: 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-58-de-15-de-abril-de-2020-252722843>. Acesso em: 19 de ago.2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva. **Resolução nº 86, de 28 de setembro de 2020**. Dispõe acerca da destinação dos produtos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da modalidade Formação de Estoques, ao amparo de medidas emergenciais aos Agricultores Familiares em razão da pandemia de Covid-19. Diário Oficial da União: 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-86-de-28-de-setembro-de-2020-284430495>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.006, de 1 de outubro de 2020**. Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19. Diário Oficial da União: 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.006-de-1-de-outubro-de-2020-280804815>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021**. Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**) no âmbito das relações de trabalho. Diário Oficial da União: 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em: 19 de ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 894, de 11 de maio de 2021**. Institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, aos municípios e Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19. Diário Oficial da União: 2021. disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-894-de-11-de-maio-de-2021-319516367>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs **10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União: 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.**

BRASIL. **Lei nº 14.179, de 30 de junho de 2021**. Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União: 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14179.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.179%2C%20DE%2030%20DE%20JUNHO%20DE%202021&text=Estabelece%20normas%20para%20facilita%C3%A7%C3%A3o%20de,de%202002%20\(C%C3%B3digo%20Civil\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14179.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.179%2C%20DE%2030%20DE%20JUNHO%20DE%202021&text=Estabelece%20normas%20para%20facilita%C3%A7%C3%A3o%20de,de%202002%20(C%C3%B3digo%20Civil).). Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.275 de 23 dezembro de 2021**. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis n.º 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II). Diário Oficial da União: 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14275.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.931, de 10.1.2022.** Institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas. Diário Oficial da União: 2022. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10931.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)**, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/empregador/programa-de-alimentacao-do-trabalhador-pat>. Acesso em: 7 set. 2022.

CARVALHO, C. A. de et al. Como o Brasil está enfrentando a crise de Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia do COVID-19? **Nutrição em saúde**, p. 1-4, 2020.

CARVALHO, C. A.; VIOLA, P. C. de A. F.; SPERANDIO, N. How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic? **Public Health Nutrition**, v. 24, n. 3, 2021.

CAVALLI, S. B. et al. Agricultura familiar em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200180, 2020.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional** -Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Estoques**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/estoques#:~:text=A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20estoques%20p%C3%BAblicos,atenuar%20as%20oscila%C3%A7%C3%B5es%20de%20pre%C3%A7o>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CORRÊA, E. N. et al. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública gerentes de execução. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200169, 2020.

COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e políticas públicas na segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: GARCÉS, M. et al. **Democracia y ciudadanía en el Mercosur**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

DIETZ, W. H. Does hunger cause obesity? **Pediatrics**, v. 95, n. 5, p. 766-767, 1995.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 7-26. 2017.

FRAZÃO, P. Food insecurity and dental caries in school children: a cross-sectional survey in the western Brazilian Amazon. **Eur j. oral sci.**, v. 122, n. 3, 2014.

FREITAS M. do C. S. de; PENA P. G. L. Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil. **Tessituras**, Pelotas-RS, v. 8, s. 1, jan-jun. 2020.

FUTEMMA, C. et al. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 16, n. 1, e20200143, 2021.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, n. 4 (2a ed.). Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

GARCIA, A. de la P.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Cadeias de abastecimento alimentar, agricultura familiar e políticas alimentares no contexto da COVID-19 pandemia em uma cidade brasileira. **Human Organization**, v. 79, n. 4, p. 323, 2020.

GURGEL, A. de M. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4945-4956, 2020.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Relatório Técnico (Preliminar) – Junho, 2008. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: Análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>. Acesso em: 20 nov. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2020. 2020b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua-Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados. **Agência de Notícias IBGE**, 2020c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KURSMARK, M.; WEITZMAN, E. M. Recent findings concerning childhood food insecurity. **Current Opinion in Clinical Nutrition & Metabolic Care**, v. 12, n. 3, p. 310-316, 2009.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno “segurança alimentar”**. Paris: Fhp, 2000.

MARTINELLI, S. S. et al. Estratégias para a promoção de uma alimentação saudável, adequada e sustentável em Brasil em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr.**, v. 33, e200181, 2020.

MALTA, D. C. et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, 29(4):e2020407, 2020. Disponível em : <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v29n4/2237-9622-ess-29-04-e2020407.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19. **Rev Nutr.**, v. 34, e200170, 2021.

PEREIRA, M.; OLIVEIRA, A. M. Pobreza e insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça do COVID-19 se espalha. **Nutrição em Saúde Pública**, v. 23, n. 17, p. 3236–3240, 2020.

PRISMA. *Check List Scoping Review*. Disponível em: <https://prisma-statement.org/Extensions/ScopingReviews>. Acesso em: 20 set. 2022.

RECINE, E. et al. Reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. **Rev. Nutr.**, n. 33, e. 200176, 2020.

RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 4, p. 1079-1096, jul. - ago. 2020.

SANTOS, T. T. B.; TORRES, R. L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e257596, 2022.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER Social**, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 28–52, 2021.

SILVA, R. C. F. da; SOUZA, J. B. de; SANTOS, M. O. A crise, a COVID e a crise do arroz: práticas alimentares, políticas públicas e movimentos de resistência. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, a. 18, n. 2, mai. / ago. 2021.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade** [online], v. 12, n. 1, p. 51-60, 2003.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rede PENSSAN, 2020. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

VIGISAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rede PENSSAN, 2022c. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 20 ag. 2022.

ZIMMERMANN, S. A.; ELEUTERIO, A. A.; GARCIA, A. de la P. Desafios e respostas na coordenação das políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista estud. soc.**, n. 78, p. 110-126, outubro-dezembro 2021.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.